



**A ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

ATA N.º 02 / 2014

..... Aos **sete dias do mês de novembro de dois mil e catorze**, realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, a **Terceira Reunião Ordinária** da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes [2013-2017], com início pelas 15 horas, na qual participaram vinte e seis deputados dos vinte e oito que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

..... **PONTO UM - LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2014.**

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM.**

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI 2014.**

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2015-2018.**

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL (PEDI)**

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL RELATIVA À “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR EXTERNO”**

..... **PONTO DOIS PONTO SEIS – OUTROS ASSUNTOS.**

..... A Mesa, presidida por José Manuel Pavão verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes faltas.....



..... **I - ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**

..... **MANDATOS – MEMBROS:**

..... **Justificação da falta e pedido de substituição:**

..... José Francisco Bento Sanches Branco, faltou;

..... Pedro Alexandre Morais dos Santos, faltou e justificou;

..... Verificada a existência de *quórum*, deu-se início à sessão com:

..... **PONTO UM - ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA
SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 57.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro - em
virtude de previamente ter sido distribuída pelos deputados.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** - Referiu que os trabalhos foram iniciados com a
discussão e votação da Ata da Assembleia realizada no dia 28 de abril de 2014.

De seguida, questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa registou a inscrição de João
Fernando Meira.

..... **JOÃO FERNANDO MEIRA** - Referiu que não recebeu os documentos da reunião.

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** - Referiu que os documentos foram enviados
para todos de igual forma e que todos os membros da Assembleia foram contactados no sentido de se
saber se queriam receber os documentos via e-mail e/ou papel, desconhecendo assim que o senhor
deputado não tenha recebido os documentos.

..... **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO
APROVADA, POR MAIORIA, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR E DUAS
ABSTENÇÕES.**

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Não foram registadas intervenções.

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM.**

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Fez a apresentação das principais atividades
da CIM-TTM no período desde a última reunião da Assembleia Intermunicipal e até à presente data.....



Durante este período a principal tarefa da CIM tem sido a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI). Dado tratar-se de um documento determinante para a implementação da estratégia que se pretende seguir para o horizonte 2014-2020 e poder captar os fundos comunitários indispensáveis à concretização dos projetos e ações que materializam a referida estratégia, fundamentais para a promoção do desenvolvimento e crescimento da região. Trata-se de um processo que envolve a participação de um elevado número de entidades e pessoas tendo sido realizadas ações em todos os municípios, sessões de trabalho com diversos agentes e consultadas diversas pessoas com responsabilidades técnicas e políticas. A ultima versão está em fase de obtenção de contributos e será apresentada às(aos) Senhoras(es) deputadas(os) intermunicipais, para apreciação.

Informou que houve uma reunião com todas as Escolas do território da CIM (Agrupamentos, escolas profissionais e Ensino Superior) com o objetivo de conhecer e articular a oferta formativa das diferentes escolas tendo em vista a programação do ano letivo 2015/2016.

Ainda no âmbito da Educação foram realizadas reuniões com o delegado regional de educação do Norte (DGEstE) e manifestado publicamente e ao senhor Ministro da Educação o descontentamento perante o processo de reordenamento da rede escolar.

Sublinhou a elaboração de carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a participação das três Comunidades Intermunicipais da região (CIM do Alto Tâmega, CIM Douro e CIM das Terras de Trás-os-Montes), da UTAD, do IPB e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, das Associações Empresariais NERBA e NERVIR e ACISAT e entregue ao Primeiro-Ministro, em sessão pública, realizada na UTAD, no dia 12 de julho. O conteúdo da Carta foi tornado público na imprensa escrita local.

Pretende-se com este compromisso criar iniciativas/projetos de âmbito regional promotoras do desenvolvimento regional, traduzidas em ações capazes de beneficiar dos fundos comunitários alocados aos Programas Operacionais Temáticos nacionais. Com este propósito foi criado um Grupo Operativo que está a preparar uma proposta de Agenda/Programa de desenvolvimento integrado, à escala regional, centrado nas pessoas e na criação de oportunidades de emprego/trabalho, através do investimento e da dinamização da economia, destacando a articulação entre ensino superior (conhecimento e inovação), empresas e administração pública, focado em áreas específicas/clusters de especialização regional e atraindo fundos dos PO nacionais e da UE.



Referiu a participação ativa nas reuniões de preparação da criação do Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos, com sede em Bragança, no Brigantia Ecopark. Presidido pelo Senhor Secretário de Estado da Alimentação e investigação Agro-alimentar o ato público de constituição do Centro, decorreu em Bragança, no dia 18 de julho, no Brigantia Ecopark onde foi assinado o Acordo de Cooperação pelos diversos parceiros públicos e privados, representantes da investigação, da produção, da transformação e da comercialização. A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) é membro fundador do referido Centro.

Realização de reunião com a Sua Exa. o Ministro do Ambiente do Ordenamento do Território e Energia e respetivos Secretários de Estado no dia 25 de julho, no Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Energia. A reunião foi agendada a pedido da CIM-TTM e foram analisados e discutidos os seguintes assuntos: Barragem do sabor; Minas de Moncorvo; Plano de Mobilidade Turístico do vale da Tua; Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho; Plano de Ordenamento do parque Natural do douro Internacional; Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica.

Reforço de parceria com a Entidade Regional do Turismo Porto e Norte de Portugal no desenvolvimento de atividades de promoção do território da CIM. Participação na estratégia de divulgação dos Fins-de-semana Gastronómicos e na elaboração do programa de comemorações do dia Mundial do turismo, realizado nos dias 25 e 27 de Setembro, na área da CIM-TTM (municípios de Mirandela, Mogadouro e Miranda do Douro).

Contrariamente ao previsto e sem qualquer responsabilidade da CIM não foi possível concluir o processo de aquisição dos equipamentos de protecção individual (EPI's) para combate a incêndios em espaços naturais, perspetivando-se a entrega até fim do corrente ano.

Durante o período em análise o Concelho Intermunicipal procedeu à contratação do estudo de Marketing Territorial e está em curso o processo de contratação de um estudo de Mobilidade e Transportes para o território da CIM.

Está em curso a realização de um estudo de viabilidade económica e financeira tendo em vista a exploração a nível intermunicipal do serviço em baixa do fornecimento de água e do saneamento. O processo de fusão dos sistemas multimunicipais em alta será concretizado por despacho do governo e



espera-se que seja para breve, significando uma descida acentuada nos preços que os municípios estão a pagar às Águas de Trás-os-Montes Alto Douro.

O estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola foi entregue para validação final. Procurar-se-á obter o parecer dos municípios e de entidade do setor, dado tratar-se de um setor estratégico para a economia da região.

A CIM-TTM participou a nível do Conselho Regional do Norte e da Associação Nacional de Municípios Portugueses em diversas reuniões de acompanhamento da evolução das negociações com a União Europeia do novo programa de fundos comunitários Portugal 2020 e Norte 2020.

Decorre a fase de encerramento o QREN, tendo exigido da CIM e dos municípios um empenhamento maior no sentido de reforçar a aplicação de fundos comunitários.

A CIM-TTM participou na 3.ª edição da Expo Trás-os-Montes, que decorreu nos dias 30 de maio a 1 de junho, em Bragança, tendo o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal sido orador no Fórum Económico de Trás-os-Montes.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** - Questionou a Assembleia se existia alguma intervenção. A Mesa registou a inscrição de Nuno Sousa, Júlio de Carvalho, João Fernando Meira, José António Ferreira,

..... **NUNO SOUSA** – Colocou as seguintes questões:

- a) Relativamente às escolas, se houve formalização de algum documento de suporte de reivindicações? Sublinhou a importância da reunião com a DGEstE.
- b) Se a carta de compromisso foi enviado para os membros? Ficaria agradecido se lha fizessem chegar.
- c) Relativamente ao Centro Nacional dos Frutos Secos, qual a posição da CIM-TTM? Qual a situação do Centro Nacional do Azeite?
- d) Qual a posição do Conselho Intermunicipal e quais as conclusões da reunião com o Ministro do Ambiente?
- e) Quanto ao “Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola”, qual é ponto de situação? A validação final vai ser feita pelo Conselho Intermunicipal ou este órgão também terá participação?



..... **JÚLIO CARVALHO** – Questionou sobre as principais conclusões da reunião com o Ministro de Ambiente, relativamente ao regulamento de ordenamento dos Parques Naturais. Questionou também sobre a aprovação do “Estudo de Valorização do Potencial Cinegético e Piscícola das Terras de Trás-os-Montes”, no sentido de perceber se as associações de caça e pescas serão consultadas, assim como este órgão.

..... **JOÃO FERNANDO MEIRA** – Referiu que, relativamente ao tema da água, é conhecido o processo que a C. M. de Mogadouro tem em Tribunal sobre a saída da empresa Águas de Trás-os-Montes, entende que esta temática deverá ser discutida no sentido de saber qual a posição dos restantes Municípios.

..... **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** – Referiu ser um entusiasta da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo que não se revê na atual divisão deste território. Neste sentido, questionou sobre eventuais projetos/ações que poderão ser levadas a cabo conjuntamente pelas três comunidades intermunicipais que subscreveram a Carta de Compromisso.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** - Começou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que o Eng.º Rui Caseiro fez um périplo de forma resumida das atividades desenvolvidas pela CIM no período compreendido entre a última reunião e esta.
Informou que, relativamente às escolas, a U.E. considera estes investimentos prioridade negativa, assim como as estradas. No entanto a CIM tem feito um esforço para conseguir incluir na listagem de investimentos prioritários que a CCDRN tentará excepcionar e negociar junto da U.E. um envelope financeiro. Para o efeito, realizou uma reunião com o Delegado da Região Norte da DGEstE, donde resultou que, todos os Municípios deverão enviar para a DGEstE e para a CCDRN as necessidades de investimento nesta área, para que a CCDRN na negociação do envelope financeiro incluía estes investimentos.

Relativamente à Carta de Compromisso, será enviada para todos os membros desta Assembleia.

No que respeita aos Centros de Competências, referiu ser uma iniciativa do Senhor Diretor Regional da Agricultura e Pescas do Norte. O Centro de Competências do Azeite ficaria sedado em Mirandela e surge na sequência do encerramento do Laboratório de Apoio à Actividade Agro-pecuária, que foi o único laboratório que encerrou no país. No entanto, o processo relativo à constituição deste Centro de



Competências ainda se encontra em “stand-by”.O Centro de Competências de Frutos Secos foi já constituído e tem sede no Brigantia Ecopark, em Bragança.

Quanto à reunião com Sua Excelência o Ministro do Ambiente foram tratados três assuntos, nomeadamente, casas florestais, água e os Planos de Ordenamento das Zonas Protegidas. No que respeita às casas florestais, era intenção do Conselho Intermunicipal recuperá-las e contruir a maior rede de casas de turismo rural do país. Este projeto necessita do acordo do ICNF, sendo que, pelo que se sabe, não está muito interessado em colaborar neste projeto.....

Relativamente à alteração do Regulamento de Ordenamento das Áreas Protegidas, em seu entender que o Governo não tem uma estratégia para as áreas protegidas, o que lhe parece preocupante, visto as atuais políticas de ambiente para estas zonas ser desastrosa.

Quanto ao “Estudo do Potencial Cinegético e Piscícola” trata-se de um estudo complementar do PEDI e foi recentemente apresentado o diagnóstico na última edição da “Norça, Norpesca e Norcastanha”. Quando estiver mais avançado, a versão será colocada no sítio da internet desta CIM para divulgação e recolha de contributos. O Estudo será também distribuído por todos os membros desta Assembleia para análise e obtenção de contributos.

Relativamente ao tema da água, a fusão dos sistemas em alta poderá resultar numa descida dos preços na nossa região. No entanto, aproveitou para informar que cada Presidente de Câmara ficou responsável, dentro da CIM, por cada área temática/pelouro proporcionando assim um maior envolvimento e conhecimento dos temas. O “pelouro” da água coube ao Presidente da C. M. de Vila Flor, pelo que lhe passou a palavra para dar mais informações sobre este tema.

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (FERNANDO BARROS) – Referiu que iria abordar os seguintes temas: alta, baixa e verticalização.

Relativamente à alta, há a determinação do Governo para a fusão dos sistemas do Norte. É vantajoso para todo o Interior, visto ter tido um grande volume de investimentos e poucos clientes. A título de exemplo, o preço da água, em alta, em Lisboa é de 0,4153€, sendo que em Trás-os-Montes e Alto Douro é de 0,698€. Com a fusão dos sistemas, a proposta é que o preço baixe para 0,52€. Para o saneamento o caso é idêntico. Este processo não é pacífico, porque o preço terá de aumentar no Litoral para que seja possível baixar no Interior e a tarifa ser igual para todos.



No que respeita à verticalização dos sistemas com a baixa, se o município optar pela verticalização, as águas do Norte ou a ATMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro farão a gestão e os preços apontados são elevados, perspetivando-se que a fatura média seja na ordem dos 27€, acrescido da perda de autonomia por parte das Câmaras Municipais. Este processo é vantajoso para as Câmaras no sentido de gerarem folga orçamental, visto todas praticarem tarifas sociais, com défice orçamental.

A maior parte das Câmaras Municipais não pretendem verticalizar, parece existir uma vontade para criar uma empresa intermunicipal para a gestão da água e do saneamento, em baixa, pelo que a Resíduos do Nordeste, EIM está a desenvolver um estudo de viabilidade económico-financeira para se analisar esta possibilidade.

A legislação sobre a definição das tarifas da água e do saneamento mudou muito, apontando para o princípio de utilizador-pagador e o que se prevê é que os municípios paguem cada vez mais.

..... **ANTÓNIO AFONSO** - Referiu que surgiram dúvidas com as explicações sobre a rede de casas florestais (rede de casas de turismo “low cost”), que implica recuperação de património. Após a sua recuperação como será gerido? Como vai funcionar?

As feiras mensais, cada município marca as suas? Que estratégias há? A marcação deveria ser entre todas as Câmaras, ao nível da CIM.

No respeitante ao tema da água, vai haver uma posição da CIM, para todos?

..... **ANTÓNIO GONÇALVES** - Referiu que, relativamente à rede de casas de turismo rural, era importante não deixar de fora o antigo património da CP e as casas dos guardas-fiscais.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Referiu que relativamente às casas de turismo vai ser discutido no ponto 2.4. na apresentação do PEDI.

Há dois tipos de feiras, as feiras semanais, quinzenais ou mensais e as feiras temáticas/festas municipais...

O facto da C. M. de Bragança ter alterado o calendário das feiras que se realizavam nos dias 3, 12 e 21 de cada mês, para todas as sextas-feiras, embora sem intenção por parte do Município, veio prejudicar a concertação que existia destas feiras. No que respeita às feiras temáticas, a coincidência da “Norçaça, Norpesca e Norcastanha” com a da “Cabra e do Canhoto” que não é organizada pela Câmara, foi uma infeliz coincidência, mas o Município de Vinhais nada podia fazer, visto a organização ser da responsabilidade de uma Associação. Quanto à coincidência com o evento que decorreu em Freixo de Espada à Cinta, nada é possível fazer, visto pertencer a outra Comunidade Intermunicipal.

Quanto à possibilidade de constituição de uma empresa intermunicipal para a gestão do sistema em baixa da água, se a CIM tomar esta decisão sem unanimidade, aos Municípios que não concordarem, reserva-se-lhes o direito de não a integrar.

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2014.**.....

..... **MANUELA OLIVEIRA (SECRETÁRIA EXECUTIVA INTERMUNICIPAL)** – Referiu que CIM solicitou junto da autoridade de gestão do ON.2 a reprogramação da operação “Promoção e Capacitação Institucional da CIM Trás-os-Montes” de modo a possibilitar efetuar as seguintes ações:

..... Ligação em fibra ótica do edifício sede da CIM-TTM;

..... Aquisição da COS 2007 e Ortofotomapas para o território da CIM-TTM;

..... Aquisição de uma UPS para o Datacenter que servirá a CIM-TTM;

..... Aquisição de uma solução storage para a CIM-TTM;

..... Aquisição de um equipamento multifunções de grande formato;

..... Aquisição de equipamento GPS;

..... Aquisição de equipamento informático;

..... Prestação de serviços para “Estudo de Mobilidade e Transportes”.

Pretende-se também reforçar a equipa técnica através de um protocolo de afetação de recursos humanos com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Para o efeito, o orçamento inicial terá de ser reforçado em 275.000,00 Euros, dos quais 207.328,50 Euros transitam do saldo da gerência anterior e 67.671,50 Euros são reforço da rubrica FEDER.

..... **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2014 A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.**

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2015-2018.**

PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA) – Referiu que o orçamento para o ano 2015 apresenta uma receita de 1.194.464,63 Euros que se traduz nas transferências da DGAL (206.535€) e transferências FEDER (987.666,48€).

Quanto à despesa, no valor de 1.194.464,63 Euros, divide-se pelas seguintes rubricas:

..... Despesas com pessoal: 135.947,96 Euros;

..... Aquisição de bens: 199.500 Euros;

..... Aquisição de serviços: 507.511,87 Euros;

..... Transferências correntes: 65.000,00 Euros;

..... Subsídios: 5.000 Euros.

..... Equipamento de informática: 98.200 Euros;

..... Software informático: 5.000 Euros;

..... Equipamento administrativo: 5.000 Euros;

..... Investimentos incorpóreos: 3.500 Euros;

..... Locação financeira: 6.500 Euros;

..... Outros Investimentos: PEDI: 145.000 Euros.

Os princípios contabilísticos previstos no POCAL encontram-se todos previstos.

..... **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL SOBRE O ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2015-2018 A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.**

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL (PEDI)**

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Começou por agradecer em nome do Conselho Intermunicipal, a votação por unanimidade dos dois pontos anteriores, por se tratar de um voto de confiança.

O trabalho que tem sido desenvolvido, quer pelas Câmaras Municipais, quer pelos núcleos de Mirandela, Bragança e Secretariado Executivo tem sido um excelente trabalho.



Sugeri ao Presidente da Mesa que se fizessem as reuniões da Assembleia Intermunicipal nos concelhos da CIM. Se assim o entender, a Câmara de Vinhais oferece-se para ser o primeiro município para receber este órgão.

Relativamente ao PEDI pretende-se que seja a bíblia de atuação pública e privada dos próximos 6 anos, terá que ser discutido por este órgão mas não necessita de ser votado. Está a ser elaborado pela empresa Capgemini Portugal, S.A.

Os objetivos nacionais são os que constam na estratégia Portugal 2020. Há a estratégia europeia, a estratégia nacional e as estratégias regionais.

Os projetos individuais também fazem parte do documento para que seja um compromisso.

Na página 14 do diagnóstico do PEDI, faz-se a radiografia do nosso território em vários aspetos. A região exporta mais do que importa. A estratégia parte deste estudo supramunicipal e também o que cada município quer implementar na sua região. Assenta sobre três pilares: Desenvolvimento Rural, Turismo e Ambiente.

A partir da página 7 do programa estratégico - rede de apoio às empresas – destaca-se o apoio empresarial e os centros de competências.

Importa também referir a intenção de criação de uma agência de promoção territorial e dos produtos endógenos. Valorizar os produtos de excelência, o empreendedorismo social são também uma preocupação.

Referiu também que a estratégia está a ser preparada numa perspetiva supramunicipal e aproveitou para elogiar o Presidente da C. M. de Bragança, Dr. Hernâni Dias, pela alteração do nome do Aeródromo de Bragança para Aeródromo Regional de Trás-os-Montes.

..... **PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ PAVÃO)** – Referiu que, há uns anos tratava-se da regionalização da saúde. As notas deste preâmbulo da página 14, não sabe se são novas, mas sim velhas tratam-se dos mesmos, a questão é mesmo esta, por mais alto que seja o grito ele não é ouvido no Terreiro do Paço, no entanto qualquer pequeno grito lá é ouvido aqui. Neste momento, por cada jovem, temos 2,6 velhos para suportar.

Relativamente ao pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal, acolhemos de facto a sugestão de realizar a reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM noutros concelhos, de facto com duas reuniões por ano nem no final do mandato se visitaríamos todos os concelhos.



Questionou a Assembleia se existia alguma inscrição. A mesa registou a inscrição de Ana Guedes de Almeida, Nuno Sousa, António Afonso, Júlio Carvalho, Horácio Afonso, Amândio Gomes.

..... **ANA GUEDES DE ALMEIDA** – Temos que nos congratular, apesar de ter algumas reservas em relação ao PEDI. Temos dois mundos, o intermunicipal e os inframunicipais. Aprovaram-se em Bragança transferências de verbas para sete freguesias para equipamentos recreativos. A realidade municipal é totalmente diferente do PEDI. Temos um território coeso e não tem reservas que não passe de um plano intermunicipal por realizar. Os pontos fracos são substancialmente maiores do que os pontos mais fortes. Lançou o desafio: não se deverá acabar com os planos Diretores Municipais e haver um Plano Diretor Intermunicipal?

..... **NUNO SOUSA** – Referiu que faz suas as palavras da deputada Ana Guedes e acrescenta apenas dois pontos: primeiro, o PEDI deveria ser discutido em reunião própria, dada a importância do documento. Na sua opinião assemelha-se aos PDM, essa lógica impera aqui. Metade é um diagnóstico e a outra metade apela com palavras bonitas mas parecem-lhe que não há estimativas? Quanto pode custar? Quando se olha para esses projetos, só refere realização de estudos, ou seja, onde está a produção de riqueza e a melhoria da economia da região?

Escolas/estabelecimentos de ensino/oferta formativa, só há diagnósticos. Em concreto, o que é que isto vai beneficiar a nossa região? Fala de três eixos, sou apaixonado pelos três mas fica a ideia que se resume a andar em piqueniques e ouvir passarinhos. É importante mas, as regiões vizinhas que temos não vão competir, e não creio que o retorno seja de crescimento mas sim de subsistência.

Fundo de fomento - tem dúvidas se será viável, não sou jurista mas tenho algumas dúvidas é uma questão que deverá ser pensada.

O Cachão como espaço aglutinador, neste momento é uma lixeira não é potencial nenhum.

Julgo que de facto, no âmbito da mobilidade e transportes o autor terá dificuldades em implementar o estudo quer dizer que vai apresentar uma “versão light” e isso não interessa para a região. O PEDI deve ser mais desenvolvido mais competitivo menos utópico e mais pragmático.

No âmbito do ambiente, a leitura é pouco sustentada e pouco conhecedora do terreno.

Referiu que recebeu o PowerPoint mas não fez questão em se manifestar por não apresentar nada, recusou pronunciar-se porque era demasiado vago, sem ideias, sem estudos.

..... **ANTÓNIO AFONSO** - Referiu que gostou da afirmação “deixem-nos sonhar” e quer acreditar que as propostas sejam implementadas. Neste momento, ao ouvir a resposta do deputado anterior, queria dizer mais qualquer coisa, não queria deixar passar o facto do Geopark Terras de Cavaleiros ter sido reconhecido pela UNESCO.

Quando se fala em visão e marca acha que tem mais força “Trás-os-Montes” em vez de “Terras de Trás-os-Montes”.

Relativamente às “entidades” devia colocar-se os nomes dos Presidentes como são conhecidos.

Questionou a data da versão final do PEDI? Fez uma visão rápida pelo documento, temos todos os diagnósticos e o que precisamos é da ação. Espero que haja entendimento entre as autarquias e que seja implementado o mais rapidamente possível.

..... **JÚLIO CARVALHO** – Fez referência à canção “All you need is love”. Precisamos de crescer, acho que este documento é excepcional, embora em termos de levantamento da CIM existam algumas lacunas. Se tivéssemos valores, acredito que este documento seria outro, este plano não tem metas definidas, quando houver dinheiro já veremos ações concretizadas. Há falhas, li numa altura que na Europa 2020 prevê a juventude em movimento, esta medida emblemática não está aqui expressa.

O PEDI é um documento maravilhoso, um trabalho excepcional e espero que haja dinheiro porque haverá pessoas que o possam reformular de forma a existirem metas.

Quanto aos recursos cinegéticos, viu-se uma situação trágica, pois a população do coelho ter reduzido a 10% e atendendo à importância para a economia nacional e regional, seria interessante podermos ser pioneiros na implementação de medidas para contrariar este problema.

..... **HORÁCIO AFONSO** – Relativamente a este documento diz que poderia ter sido feito por um professor de filosofia. Há 30 anos os objetivos que havia para o concelho de Vinhais eram, Turismo, Desenvolvimento Rural e Ambiente (terras que não têm mais nada, têm bom ar). O fundamental deste documento é o seguinte, pode servir para qualquer sítio, podiam discuti-lo como nós estamos e ficamos na mesma. Embora isto seja apenas o seu pensamento, que o documento está naquela linha que se fala, fala e os outros ouvem e já há 30 anos que é assim. Gostaria que se discutissem 2, 3 ou 4 coisas, que se fizessem e, passados 4 anos, estaríamos cá para os discutir os resultados. O que aqui está são projetos e passados 4 anos o que temos?



..... **AMÂNDIO GOMES** – Referiu que à primeira vista o plano de ação assenta no conhecimento que a maior parte já tem para Trás-os-Montes. Tem que se começar por um lado qualquer para chegar a uma meta, tem pena que não seja claramente definido. Fala no desenvolvimento da agricultura mas aqui só temos minifúndios! Porque não haver um banco de terras para o emparcelamento, é uma medida estruturante, não vê um agricultor de vinhais vender no cachão.

Porque não se prevê a concretização ou desenvolvimento das cooperativas, concelhias?

Outro assunto que lhe chamou atenção foi a existência de um banco regional o que é essencial para desenvolver a região. Indústrias energéticas põem um acento tónico nas energias renováveis, nós não temos proveito nenhum porque as sedes estão em Lisboa e não fica nada na nossa região, nós poderíamos debater por alguma coisa, em Lisboa e Porto recebem a energia mais barata e nós que estamos aqui na fonte porque, não reivindicamos? Temos um ambiente fora de série e a continuar assim e a não gritar mais alto sejamos considerados indígenas que estaremos aqui para apreciar.

..... **ANA GUEDES** – São contributos apenas, poderia ser chamado não de plano mas programa. Fez referência à observação do Arq.º Nuno Sousa sobre os PDM. Deve conter um capítulo de execução/acção. É importante que fique aqui como se vai fazer, os *timings*, quem coordena? Quem controla?

Teria sido melhor fazer o PEDI dentro de portas do que encomendá-lo à Capgemini.

..... **PAULO PRAÇA** – Referiu que gostou mais da apresentação do Dr. Américo do que do PEDI. Cruzando o documento com o PowerPoint vemos que o que falta definir é o Portugal 2020.
Nota positiva: a versão é sintética, lê-se muito bem. O PEDI assume o território como Eco região que é aquilo que podemos ser.

Considerou positiva a preocupação com os produtos endógenos, até porque, não há outros.

Concluiu, dizendo que o sucesso da CIM é o nosso sucesso e o seu insucesso é a desgraça de todos.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (AMÉRICO PEREIRA)** – Agradeceu os contributos, muitos não agradam mas foram todos muito importantes. Sublinhou que este documento foi feito pelos Municípios, nunca os vários autarcas se sentaram vários dias, tardes e noites para elaborar este trabalho, e não a empresa Capgemini, S.A.

A empresa não fez mais do que dar a forma às preocupações dos autarcas, pelo que não é um plano de uma empresa.

É neste quadro que temos que fazer o plano de ação, as regras estão definidas assim e assinadas, é este quadro que temos é com ele que temos que construir o plano estratégico para a região.

Este plano há-de ser feito e concretizado, só se não depender de nós. Nós precisamos dos vossos contributos, dos vossos aplausos. É a lei que está em vigor, não há outra. Este é o PEDI possível neste momento. Quando fica concluído ainda não sabemos.

..... **ANA GUEDES** – Referiu que concorda com o deputado Nuno Sousa, o tema do PEDI deveria ser tratado numa reunião própria. O discurso que o Presidente teve aqui é o que deveria ter para convencer os parceiros municipais.

..... **NUNO SOUSA** – Considerou que, no PEDI, falta a temática da juventude.

Aquilo que ficar decidido hoje todos aqueles que exercem aqui a sua atividade, vai ter consequências nas futuras gerações. É necessário fazer um exercício de reflexão, falar com a juventude da região questionar sobre o que a juventude gostaria de ter no futuro, qual a herança que eles gostariam de receber de nós.

O PEDI tem uma visão polémica, deve ter conteúdos, na sua visão gostaria que Lisboa pudesse olhar para nós como uma porta próxima da União Europeia.

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO – ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL RELATIVA À “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR EXTERNO”**

..... **RUI CASEIRO (PRIMEIRO SECRETÁRIO)** – Deu conhecimento à Assembleia de que se abriu um procedimento de contratação, por ajuste direto, para a aquisição de serviços de “Prestação de serviços de auditor externo”, com convite a cinco entidades.

Atendendo que o critério de adjudicação era o preço mais baixo, propõe-se a adjudicação à empresa Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda., pelo valor de 1.770 Euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.....

..... **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL RELATIVA À “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITOR EXTERNO” A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.**

..... **PONTO DOIS PONTO SEIS – OUTROS ASSUNTOS.**.....

..... **AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**

..... **MANELA OLIVEIRA (SECRETÁRIA EXECUTIVA INTERMUNICIPAL)** – Fez um breve esclarecimento sobre o que se pretendia com a autorização genérica que dispensa que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, possa ser efetivada com esta prévia autorização conferida por este órgão quando:.....

..... Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; e/ou os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

..... **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL RELATIVA À AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE.**

..... **ANTÓNIO AFONSO** – Congratulou o Município de Macedo de Cavaleiros pela obtenção da distinção da UNESCO do Geopark Terras de Cavaleiros que passa a integrar as Redes Europeias e Globais de Geoparques.

..... E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas 18:40 horas, lavrando-se a presente ata para constar.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal


José Manuel Lemos Pavão
Presidente


Mário Telmo Legoinha
Vice-presidente


Carlos Nascimento Ferreira
Secretário